

IJ
0555



CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS/CICARWS
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA ESTADUAL DO BEM ESTAR SOCIAL
MUNICÍPIOS
COMUNIDADES

PROGRAMA HABITACIONAL PARA COMUNIDADES CARENTES - PROHAB

não
circula

Convênio

555
E.2

728.09815 2
I 59 p
6354/84
ex.2

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO





728.09815
P 963
63 54/84
ex. 2

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS/CICARWS
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA ESTADUAL DO BEM ESTAR SOCIAL
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIOS
COMUNIDADES

PROGRAMA HABITACIONAL PARA
COMUNIDADES CARENTES - PROHAB

AGOSTO/1984

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

SECRETARIA ESTADUAL DO BEM ESTAR SOCIAL

Joaquim Beato

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

Carlos Alberto Cunha

*"Deus se lembra dos aflitos e
não esquece os seus lamentos;
os pobres não ficarão em eterno esquecimento,
nem a sua esperança se perderá para sempre."*

(Salmo 9.12, 18)



ÍNDICE

PÁGINA

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	07
2. JUSTIFICATIVA	09
3. OBJETIVOS	13
4. METAS.....	14
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	16
6. PREVISÃO DE RECURSOS.....	17
7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	18
8. OPERACIONALIZAÇÃO	19
9. BIBLIOGRAFIA.....	21

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

DIRETRIZES

Joaquim Beato (SEBS) - Secretário de Estado do Bem Estar Social

COORDENAÇÃO

Carlos Alberto Feitosa Perim (IJSN) - Engenheiro Civil

AUXILIAR DE COORDENAÇÃO

Sueli Campo (IJSN) - Estagiária de Comunicação Social

TÉCNICOS

Antonio Lorençon (COHAB) - Engenheiro Civil

Eloy Carlos Rodrigues de Oliveira (COHAB) - Engenheiro Civil

João Pedro de Aguiar (SEBS) - Sociólogo

DATILOGRAFIA

Eni de Fátima Dezan (IJSN)

Maria Osória Bernardo Pires (IJSN)

CAPA

Eugenio Herkenhof (IJSN)

MONTAGEM E EDIÇÃO

Instituto Jones dos Santos Neves

APRESENTAÇÃO

Este programa é resultado dos contatos da SEBS, por meio de seu atual Secretário, Professor Joaquim Beato, com o Conselho Mundial de Igrejas. Esses contatos se tornaram possíveis em virtude do Professor Beato ter participado, ao longo dos últimos 29 anos, de programas ecumênicos promovidos pelo CMI, no Brasil e no exterior, e das profundas relações de amizade ali solidificadas.

O Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra - Suíça, congrega mais de 300 Igrejas, representando mais de 400 milhões de membros. Inclui a totalidade das Igrejas Ortodoxas, todas as Províncias Anglicanas, a vasta maioria das Igrejas Luteranas, Reformadas, Presbiterianas, Metodistas e algumas das maiores Igrejas Batistas. Além dessas, também são filiadas ao CMI algumas Igrejas Congregacionais, Pentecostais, Moravianas, Velhos Católicos, o Exército da Salvação e Igrejas Unidas de alguns países.

Do Brasil fazem parte do CMI a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal, a Igreja Reformada, a Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo" e a Igreja Presbiteriana Unida.

Conforme o organograma, o Conselho Mundial de Igrejas, além da Assembleia Geral, atua através de seus Comitês, Secretarias e Comissões, sendo que da Unidade III- JUSTIÇA E SERVIÇO faz parte a COMISSÃO DE AJUDA INTERECLESIASTICA, SERVIÇO MUNDIAL DE REFUGIADOS (Commission on Inter-Church Aid Refugee and World Service - CICARWS), por meio da qual a SEBS pretende conseguir a ajuda necessária para a realização deste Programa.

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado do Bem Estar Social (SEBS), do Governo do Estado do Espírito Santo, é uma das Secretarias que mais sofrem os impactos da profunda crise econômica que atravessa o país. A ela ocorrem os deserdados do sistema, aqueles que, expulsos do processo produtivo, são aviltados em sua dignidade humana, invadidos pela angústia do desemprego, da fome e do abandono.

Várias expressões dessa trágica situação caminham diariamente por esta Secretaria. que, sem recursos, conta com sua sensibilidade e criatividade de para tentar reparar as tristes consequências impostas pelo sistema à população.

No contato direto com os problemas da população carente, sentindo as questões a partir de sua dimensão humana e no contexto da política assumida pelo atual Governo, a SEBS procura, à luz de uma perspectiva libertadora, se confrontar com as várias questões sociais próprias de um momento de crise.

O presente programa representa um esforço da SEBS em face da grave questão da moradia, um direito que tem sido negado à grandemaioria da população constituída de milhares de pessoas marginalizadas e excluídas do acesso às mínimas condições materiais de existência.

A SEBS, ao se defrontar com essa questão, estabeleceu algumas diretrizes que norteiam sua política habitacional, assim sintetizada:

- a) Ênfase prioritária à habitação popular.
- b) Criação de mecanismos de participação da população no processo de discussão, planejamento e execução dos projetos.

- c) Busca de alternativas para baratear o custo final dos imóveis para a população de baixa renda, de modo a não comprometer os parcos salários que recebem.
- d) Ênfase na qualidade de vida, privilegiando a humanização dos conjuntos habitacionais, dotando-os de equipamentos sociais que possibilitem a convivência, o lazer, e a oportunidade de organização da população.

As diretrizes propostas representam uma nova visão da prática social que se pretende viabilizar num projeto concreto junto à população carente. Além de propor formas viáveis para que a população alcance o seu direito à moradia, a partir de sua participação no planejamento e na execução do projeto de construção da casa própria, e do apoio à organização e às associações comunitárias, o presente programa propõe também a oferta das instalações coletivas indispensáveis.

O presente documento contém as diretrizes gerais do programa que visa a uma colaboração entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Conselho Mundial de Igrejas, resultando no empreendimento de um Programa Habitacional para Comunidades Carentes - PROHAB, a ser administrado pela SEBS.

1.

JUSTIFICATIVA

"Todos os seres humanos, independente de raça, sexo ou crença, foram criados por Deus como indivíduos e dentro da comunidade humana".

"São direitos humanos:

- direito às garantias vitais básicas;*
- direito à livre determinação e à identidade cultural, e direito das minorias;*
- direito à participação na tomada de decisões dentro da comunidade;*
- direito à divergência de opiniões;*
- direito à dignidade pessoal;*
- direito à liberdade religiosa."¹*

1. Nas eleições de novembro de 1982 emergiram sinais de vida promet
res no Brasil. Em muitos estados, entre eles o Espírito Santo, as op
osições ao Regime Militar, que domina o país desde 1964, ganharam o
pleito.

As organizações populares sindicais e partidárias se multiplicaram,
"São como uma planta jovem que se esforça por elevar-se da terra, an
siosa por crescer e tornar-se uma benção para o mundo".¹

2. O Brasil, assim como a América Latina, *"encontra-se envolvido numa luta*
desesperada para poder (re) constituir as bases da vida de seu povo. A luta
da vida contra a morte é uma luta diária. Sua profundidade - políti
ca, econômica, ideológica, social, cultural e espiritual - tem dimen
sões históricas. Com uma história comum de violento colonialismo, de
exploração do pobre e concentração do poder e da riqueza, os países
da região, de maneira distinta, estão associados".¹
3. O Regime Militar agindo a partir da concepção de segurança nacional, do
Governo Americano, adotou uma série de iniciativas econômicas, finan
ceiras, políticas e militares, destinadas a desestabilizar as organi
zações populares, o que acabou empobrecendo e deixando sem destino mi
lhares de brasileiros, e tirando das populações urbanas e rurais os
meios de participação nas decisões que lhe dizem respeito.
5. No Espírito Santo, após séculos de luta de extermínio dos conquistado
res contra os indígenas e uma recente colonização baseada na cultura
do café, ocorreu na década de 60, séria crise provocada pelo empobre
cimento do solo, crescimento populacional, o fracionamento das proprie
dades e a queda do preço do café. Dela resultou o programa de erradi
cação de cafezais. A partir de então, grandes movimentos migratórios
ocorreram no Estado. Muita gente foi para a Amazonia ou veio para nos
sas cidades.



Mais de 800 mil capixabas deixaram o Espírito Santo desde então. Se contarmos que nossa população soma hoje cerca de 2.100.000 habitantes e se levarmos em conta as migrações internas poderemos visualizar melhor a dimensão do problema migratório no Estado.

- Várias Multinacionais se estabeleceram no território com gigantescas instalações agro-industriais e portuárias expulsando parte dos capixabas de suas terras.
 - A agricultura reorganizou-se em moldes mais modernos e capitalistas e assim expulsou outra parte.
 - Cresceram as vilas, as cidades, principalmente em favelas, em áreas desvalorizadas como os mangues, as encostas dos morros, as periferias.
 - Ocupações, invasões, loteamentos clandestinos e irregulares, sem a mínima infra-estrutura, formam hoje mais de 50% das áreas urbanas de nossas vilas e cidades.
 - Centenas de milhares de bôias-frias, biscateiros, desempregados, lutam contra a fome e pelo direito à vida.
5. Apesar de quase 20 anos de existência do Sistema Financeiro de Habitação, continua presente o problema habitacional brasileiro. Avoluma-se a cada dia. Para se ter uma idéia, em 1964 o déficit era de 400 mil unidades habitacionais. Hoje, 1984, esse déficit está estimado em 8 milhões de unidades. Isso mostra que a questão fundamental passa pela política econômica que tem resultado, no campo e na cidade, em elevados índices de desemprego e, para os que conseguem trabalho, num cruel achatamento salarial diante de uma acelerada inflação. Esses fatores marginalizam o programa habitacional do BNH a maior parte da população brasileira, cerca de 75% que tem rendimentos abaixo de 3 salários mínimos.

Além disso, dos 4 milhões e 500 mil mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, cerca de 85% estão, hoje, inadimplentes, isto é, pelo menos 3 meses atrasados com as prestações.

Pequenos proprietários rurais, meeiros, posseiros ou parceiros, são constantemente expulsos de suas terras e dirigem-se, por falta de opção, às cidades e juntam-se, ali, a outros milhares de pobres brasileiros, trabalhadores e desocupados, que habitam as favelas. A inexistência de infra-estrutura habitacional urbana agrava-se a cada dia, pois as municipalidades, responsáveis legalmente por sua implantação e manutenção, não possuem recursos, devido à concentração de arrecadação nas mãos do Governo Federal. Por outro lado, o BNH repassa seus recursos através de agentes financeiros, que funcionam como atravessadores, incentivam a especulação imobiliária e se apropriam de boa parte dos recursos destinados à construção das casas, encarecendo os custos das mesmas.²

6. As tecnologias de construção empregadas são desenvolvidas com o objetivo inegável de maximizar os lucros, e não baratear os custos das construções. Enquanto isso, a tecnologia de Solo e Cimento e Solocal tem sido aplicada com sucesso, produzindo melhores residências por menor custo, chegando a reduzi-lo em até 30% em relação aos métodos tradicionais.³

OBJETIVOS

- OBJETIVOS GERAIS

- a) Prestar assistência à população sujeitas às calamidades naturais e sociais e a pobreza absoluta, de maneira a possibilitar o auto-desenvolvimento das populações.⁴
- b) Garantir a participação das comunidades nas decisões e apoiar suas formas de mobilização, de modo a fortalecer a sociedade civil, nas suas várias formas de organização.⁴
- c) Atender às situações mais urgentes, caracterizadas pelas áreas ocupadas por posseiros.
- d) Buscar medidas efetivas que, além de baratear o custo da construção, privilegiem a qualidade de vida como questão de importância primordial (equipamentos sociais; possibilidade de convivência; estímulos, e meios de, organização da população, como forma de exercício da cidadania, etc.).
- e) Buscar alternativas para baratear o custo final dos imóveis para a população de baixa renda, embora reconhecendo a existência de interesses antagônicos no interior da sociedade, interesses esses que têm frustrado os esforços para garantir a essa parte da população o direito à moradia⁵.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Criar um Programa Habitacional de Baixa Renda a ser administrado pela SEBS e mantido por um Fundo gerado pelas contribuições da CICARWS e do Setor Público e devoluções do adquirente, conforme estabelecido no item Especificação das Metas.
- b) Garantir a participação da população na construção da casa própria, se assim desejar.

METAS

- a) Construir 1.800 unidades habitacionais para baixa renda no Espírito Santo, sendo 600 casas em 1985 e 1.200 em 1986.
- b) Constituir um Fundo para aplicação em equipamentos comunitários.

ESPECIFICAÇÃO DAS METAS

Para atingir essa meta, o Programa propõe:

1. Obtenção junto ao CICARWS, de ajuda financeira a Fundo Perdido de U\$ 3.768.780,25.
2. Esses recursos serão aplicados na construção das 1.800 casas, sendo que 50% serão restituídos para a constituição do Fundo para equipamentos Comunitários - FUNEC.
3. Os recursos desse Fundo serão reaplicados na dotação de equipamentos comunitários para as comunidades beneficiadas.
4. Os terrenos para as construções deverão ser doados pelo Estado e Municípios participantes assim como a infra-estrutura básica.
5. A realização das metas deverá dar-se em 2 (duas) etapas. A primeira se constituirá em negociação e convênio, implantação do Programa e construção das 600 casas, até o final do ano de 1985. A segunda etapa se constituirá da avaliação da 1ª etapa e da construção de 1.200 casas no ano 1986.

6. ETAPAS/FASES/ATIVIDADES/ÓRGÃOS ENVOLVIDOS/PRODUTO/TEMPO PREVISTO

ETAPAS	FASES/ATIVIDADES	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PRODUTO	TEMPO PREVISTO
I. ELABORAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA - CONSTRUÇÃO DE 600 CASAS (1984/85)	1) Elaboração da Proposta - Tradução	SEBS/IJSN/COHAB-ES SEBS	Proposta do Programa - Proposta em inglês	15 dias 15 dias
	2) Análise, discussão e aprovação da proposta	CICARWS/Governo do Estado	Convênio	75 dias
	3) Formação de Grupo Executivo	SEBS/COHAB-ES/Municípios e Comunidades	Unidade de Administração	30 dias
	4) Seleção dos municípios e comunidades contempladas	Governo do Estado/SEBS	Lista de municípios e comunidades	30 dias
	5) Definição e doação dos terrenos a serem utilizados e instalação dos escritórios locais	Governo do Estado/Municípios e Grupo Executivo	Escritura dos terrenos - Escritórios Locais	30 dias
	6) Cadastramento e seleção dos adquirentes	Grupo Executivo	Propostas de aquisição	45 dias
	7) Elaboração dos projetos	Grupo Executivo	Projetos	100 dias
	8) Execução dos projetos	Grupo Executivo/Governo do Estado/ Prefeituras Municipais	Treinamento de equipe - construção de 600 casas e infraestrutura básica	180 dias
II. AVALIAÇÃO DA 1ª ETAPA E CONSTRUÇÃO DE 1.200 CASAS (1986)	1) Preparação da avaliação	Grupo Executivo	Programa de seminário	15 dias
	2) Seleção de novos municípios e comunidades	Governo do Estado/SEBS	Lista de municípios e comunidades	25 dias
	3) Seminário	CICARWS/Governo do Estado/SEBS/ COHAB/COPLAN/IJSN/Grupo Executivo/ Prefeituras e Comunidades	Proposta da 2ª etapa do Programa	7 dias
	4) Definição e doação dos terrenos a serem utilizados e instalação dos escritórios locais	Governo do Estado/Municípios e Grupo Executivo	Escritura dos terrenos e escritórios locais	30 dias
	5) Cadastramento e seleção dos adquirentes	Grupo Executivo	Propostas de aquisição	30 dias
	6) Elaboração dos projetos	Grupo Executivo	Projetos	150 dias
	7) Execução dos projetos	Grupo Executivo/Governo do Estado/ Prefeituras Municipais	Treinamento de equipe - construção de 1200 casas e infraestrutura básica	240 dias

PREVISÃO DE RECURSOS

US\$ - 31 de julho de 1984

USOS	FONTES	CICARWS	GOVERNO DO ESTADO				PREFEITURAS	TOTAL
			SEBS	IJSN	COHAB	OUTROS		
*PLANEJAMENTO								2,624.67
- Recursos Humanos	-	-	524.93	524.93	524.93	-	-	1,574.80
- Edição	-	-	-	262.46	-	-	-	262.46
- Reprodução	-	-	-	787.40	-	-	-	787.40
*NEGOCIAÇÃO								8,734.58
- Viagens	-	-	-	-	-	7,796.00	-	7,796.00
- Comunicações (Telefones, Telex)	-	469.29	-	-	-	469.29	-	938.50
*IMPLANTAÇÃO 1ª ETAPA								1,950,870.86
- Const. 600 casas	-	1,252,409.97	-	-	-	-	-	1,252,409.97
- Infra-estrutura Urbana	-	-	-	-	-	300,578.47	300,578.47	601,156.95
- Terrenos	-	-	-	-	-	47,244.09	47,244.09	94,488.18
- Comunicações	-	1,407.87	-	-	-	1,407.87	-	2,817.74
SUBTOTAL 1ª ETAPA		1,254,287.13	524.93	1,574.80	524.93	357,495.73	347,822.57	1,962,230.12
*AVALIAÇÃO								13,983.92
- Planejamento e Seminário	-	-	-	5,249.34	-	-	-	5,249.34
- Viagens	-	7,796.00	-	-	-	-	-	7,796.00
- Comunicações	-	469.29	-	-	-	469.29	-	938.58
*IMPLANTAÇÃO 2ª ETAPA								3,298,925.98
- Const. 1.200 casas	-	2,504,819.94	-	-	-	-	-	2,504,819.94
- Infra-estrutura Urbana	-	-	-	-	-	601,156.95	601,156.95	1,202,313.92
- Terrenos	-	-	-	-	-	94,488.18	94,488.18	188,976.37
- Comunicações	-	1,407.87	-	-	-	1,407.87	-	2,815.74
SUBTOTAL 2ª ETAPA		2,514,493.11	-	5,249.34	-	697,522.30	695,644.14	3,912,909.91
TOTAL GERAL		3,768,780.25	524.93	6,824.14	524.93	1,055,018.04	1,043,467,72	5,875,140.03

PREVISAO DE RECURSOS

Cr\$ de Julho/1984

USOS	FONTES	CICARWS	GOVERNO DO ESTADO				PREFEITURAS	TOTAL
			SEBS	IJSH	COHAB	OUTROS		
*PLANEJAMENTO								5.000.000
- Recursos Humanos	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000	-	-	3.000.000
- Edição	-	-	-	500.000	-	-	-	500.000
- Reprodução	-	-	-	1.500.000	-	-	-	1.500.000
*NEGOCIAÇÃO								16.639.380
- Viagens	-	-	-	-	-	14.851.380	-	14.851.380
- Comunicações (telefones, Telex)	-	894.000	-	-	-	894.000	-	1.788.000
*IMPLANTAÇÃO 1ª ETAPA								3716.409.000
- Const. 600 casas	-	2385.841.000	-	-	-	-	-	2385.841.000
- Infra-estrutura Urbana	-	-	-	-	-	572.602.000	572.602.000	1.145.204.000
- Terrenos	-	-	-	-	-	90.000.000	90.000.000	180.000.000
- Comunicações	-	2.682.000	-	-	-	2.682.000	-	5.364.000
SUBTOTAL 1ª ETAPA		2389.417.000	1.000.000	3.000.000	1.000.000	681.029.380	662.602.000	3738.048.380
*AVALIAÇÃO								26.639.380
- Planejamento e Seminário	-	-	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000
- Viagens	-	14.851.380	-	-	-	-	-	14.851.380
- Comunicações	-	894.000	-	-	-	894.000	-	1.788.000
*IMPLANTAÇÃO 2ª ETAPA								7427.454.000
- Const. 1200 casas	-	4771.682.000	-	-	-	-	-	4771.682.000
- Infra-estrutura Urbana	-	-	-	-	-	1.145.204.000	1.145.204.000	2.290.408.000
- Terreno	-	-	-	-	-	180.000.000	180.000.000	360.000.000
- Comunicações	-	2.682.000	-	-	-	2.682.000	-	5.364.000
SUBTOTAL 2ª ETAPA		4790.109.380	-	10.000.000	-	1.328.780.000	1.325.204.000	7454.093.380
TOTAL GERAL		7179.526.380	1.000.000	13.000.000	1.000.000	2.009.809.380	1.987.806.000	11.192.141.760

OPERACIONALIZAÇÃO

1. O Planejamento e a Elaboração da Proposta foram realizados pela SEBS, IJSN e COHAB-ES.
2. A tradução da Proposta para a língua inglesa será realizada pela SEBS.
3. O encaminhamento da Proposta ao CICARWS será feito pelo Governo do Estado do Espírito Santo, com o aval do Presbitério de Vitória da IPU e da Arquidiocese de Vitória.
4. A aprovação da Proposta se consolidará através de convênio entre Governo do Estado/CICARWS, sendo que a administração dos recursos deverá ser feita pela SEBS e o agente repassador será o Presbitério de Vitória da IPU, que terão poder de fiscalização da aplicação dos recursos.
5. A seleção dos municípios e comunidades a serem contempladas pelo Programa será feita pelo Governo do Estado/SEBS.
6. Para a implantação do Programa, imediatamente após sua aprovação, o Governo do Estado criará um Grupo Executivo, com o apoio administrativo necessário. Esse Grupo Executivo será composto juntamente com a SEBS, IJSN, COHAB-ES, Municípios e Comunidades contempladas. O Grupo Executivo providenciará:
 - A definição junto às comunidades sobre a execução do Programa,
 - A assessoria técnica necessária para a escolha dos terrenos adequados para a aplicação do Programa, que serão doados pelo Governo Estadual e Municípios contemplados.
 - O cadastramento e seleção dos adquirentes.
 - A elaboração e execução dos Projetos das casas, de acordo com as necessidades dos adquirentes dentro das limitações do Programa.

- Elaboração e execução dos projetos de infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais.
 - Administração do Fundo.
 - Prestação de Contas para que seja encaminhada ao CICARWS.
7. A prestação de contas junto ao Conselho Mundial de Igrejas será aprovada e enviada ao CICARWS pelos Presbitários de Vitória da Igreja Presbiteriana Unida.

BIBLIOGRAFIA

-
1. Cadernos do CEDI 12. *Jesus Cristo a Vida do Mundo*. Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. CEDI, Rio de Janeiro, Abril de 1984.
 2. COPENGES. *Projeto Casa Nossa*. Vitória, 1984.
 3. THABA. *Tecnologia Simplificada de Construção*. Convênio FINEP/CEPED. Camacari, 1981.
 4. Governo do Estado do Espírito Santo. *Por um Governo Democrático e de Participação Popular*: Vitória, 1982.
 5. SEBS. *Prioridades da SEBS*. Documento interno. Mimeo. Vitória, 1984.

